

16. PROPOSTA RELATIVA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO DE APOIO À VACINAÇÃO INFANTIL:

Da Sr: Vereadora da Área do Desporto, Juventude e Associativismo submetendo proposta tendo em vista a abertura do procedimento de elaboração de um Regulamento de Apoio à Vacinação Infantil.

A 5 de Outubro

1610.25



PROPOSTA

Tendo em consideração que existem vacinas importantes que funcionam como imunizantes das crianças e que atualmente não fazem parte do Plano Nacional de Vacinação;

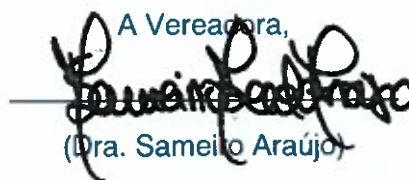
Tendo em consideração que uma dessas vacinas é imunizante contra o rotavírus e que apesar de ser recomendada a sua administração esta ainda não faz parte do Plano Nacional de Vacinação;

E tendo em consideração que estas vacinas implicam duas ou três administrações com custos elevados que infelizmente nem todos os pais podem suportar

Proponho a abertura do procedimento de elaboração por parte do Município de Braga de um Regulamento de Apoio à Vacinação Infantil que apoie as famílias mais carenciadas na aquisição desta vacina contra o rotavírus.

Braga, 24 de Outubro de 2016

A Vereadora,



(Dra. Sameiro Araújo)

AVISO

REGULAMENTO DE APOIO À VACINAÇÃO INFANTIL

PUBLICITAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 56º da mesma Lei e no nº 1, do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, publicito que a Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária de ____/____/2016, deliberou desencadear o procedimento de elaboração do **Regulamento de Apoio à Vacinação Infantil**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), da citada Lei nº 75/2013, de 12 de setembro [alíneas h e i) do nº2 do artigo 23º, alínea g) do nº1 do artigo 25º e alínea k) do nº1 do artigo 33º].

O referido Regulamento visa estabelecer, no essencial, as condições e regras de apoio à aquisição das vacinas contra o rotavírus, com o intuito de apoiar as famílias que não têm condições económicas para as adquirir.

Mais torno público que podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

A constituição como interessados, bem como a apresentação de contributos devem ser remetidos, no prazo de 10 dias, em suporte escrito, dirigido à Câmara Municipal – Balcão Único, preferencialmente por via digital para o endereço electrónico municipe@cm-braga.pt.

Durante este período de participação prévia, os interessados poderão consultar a deliberação da Câmara Municipal e o Projeto de Regulamento de Apoio à Vacinação Infantil, no sítio de internet da Autarquia (<http://www.cm-braga.pt/>) ou na Divisão de Apoio ao Cidadão – Balcão Único.

Câmara Municipal de Braga, em _____.

O Presidente da Câmara Municipal,

REGULAMENTO
APOIO À VACINAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento fundamenta-se nas disposições conjugadas do art. 241.º da Constituição da República Portuguesa, e do artigo 23.º, n.º 2. alíneas g) e h) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento do Município de Braga estabelece e regulamenta o apoio à aquisição das vacinas *RotaTeq* e *Rotarix*, contra Rotavírus.

CAPÍTULO II

Da comparticipação

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento é aplicável a todas as crianças até 52 semanas de idade que residam no concelho de Braga e em situação de carência económica.
2. Na determinação do local de residência das crianças referidas no número anterior é considerado o local de residência dos pais, ou outro responsável legal quando os pais, por qualquer motivo, não possam exercer as responsabilidades parentais.
3. A concessão do apoio previsto pelo presente Regulamento está dependente do rendimento do agregado familiar.

4. São elegíveis nos termos do presente Regulamento as crianças em que o agregado familiar tenha um rendimento de referência igual ou inferior ao valor estabelecido para o 3º escalão de rendimentos.

Artigo 4.º

Montante

O valor a suportar pelo Município corresponde ao montante total suportado pelos utentes com a aquisição de duas doses da vacina *Rotarix* ou três doses da vacina *RotaTeq*.

Artigo 5.º

Instrução do pedido

O pedido de comparticipação deve ser apresentado pelos pais, podendo sê-lo por apenas um deles, ou pelo responsável legal, no Balcão Único do Município de Braga, mediante requerimento próprio, devendo ser instruído com a receita médica da vacina a participar, um atestado de residência emitido pela Junta de Freguesias e cópia da última declaração de IRS do agregado familiar.

Artigo 6.º

Modo de pagamento

1. O pagamento da comparticipação será feito directamente pelo Município de Braga à farmácia fornecedora, nos termos de protocolo a estabelecer com aquelas.
2. O requerente deverá optar, de entre as farmácias aderentes, por aquela onde pretende proceder ao levantamento das vacinas.

Artigo 7.º

Decisão

A decisão sobre o requerimento compete à Vereadora do pelouro da Saúde, após análise da situação económica por parte do Gabinete de Acção Social do Município de Braga.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato após a sua publicação em Diário da República.

Artigo 9.º

Protocolos

O Município de Braga formalizará com as farmácias do Concelho os protocolos necessários com vista à execução deste regulamento.